TEXTO PARA DISCUSSÃO

2076

Brasília, abril de 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

A AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS MÚLTIPLAS INTERAÇÕES COM O TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DE SUAS CARACTERÍSTICAS MULTIFUNCIONAIS E PLURIATIVAS

Sandro Pereira Silva

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

Neste trabalho, buscou-se compreender quais são as dimensões explicativas das múltiplas formas de interligação e imbricamento das diferentes configurações da agricultura familiar nas dinâmicas territoriais em que estão envolvidas, a partir de um diálogo com a literatura da área e fazendo uso de dados do Censo Agropecuário 2006. Espera-se que o melhor entendimento de suas dimensões possa contribuir tanto como parâmetro teórico-metodológico para a elaboração e operacionalização de políticas públicas (de segurança alimentar, de qualidade dos produtos, de geração de postos de trabalho, de proteção dos recursos naturais, de desenvolvimento da economia local etc.), quanto para o desenvolvimento de estratégias voltadas à dinamização de economias ligadas a atividades empenhadas em espaços rurais.

O exercício analítico vai ao encontro de uma ampliação global do debate sobre a relevância atual em se promover sistemas sustentáveis de produção de alimentos tanto do ponto de vista *ambiental* (proteção dos recursos naturais existentes) como também do *social* (valorização do trabalho e do conhecimento local de agricultores familiares). Como consequência, a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, como forma de reconhecer a importância desse segmento socioprodutivo na promoção da segurança alimentar e erradicação da pobreza no mundo, e também para chamar a atenção de governos nacionais para a promoção de políticas e programas de apoio a suas atividades produtivas e demandas sociais.

A relevância desse debate decorre basicamente de dois fatores: primeiro, mesmo com todo o movimento de queda relativa da população rural brasileira, ela ainda consiste em um contingente bastante considerável de famílias, com características socioculturais próprias e que lutam para garantir o direito de manterem sua identidade, exigindo do Estado ações políticas diferenciadas que os contemplem; segundo, a agricultura familiar exerce um papel central no desenvolvimento de diversos municípios e microrregiões brasileiras, sobretudo quando se leva em conta a conservação dos recursos naturais e ambientais e a oferta de produtos e serviços que são essenciais para a sobrevivência de famílias que não residem em áreas rurais.

As análises recaíram sobre dois conceitos atuais no debate sobre a relação entre agricultura familiar e território: *multifuncionalidade* e *pluriatividade*.

De acordo com a discussão empreendida neste trabalho, a noção de multifuncionalidade permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social, englobando também a geração de uma série de bens públicos e privados. Ela reforça uma dimensão essencial da relação entre agricultura familiar e território, que é seu caráter intersetorial, embora a agricultura permaneça como o setor econômico mais relevante. Esse caráter intersetorial também não se resume apenas aos setores produtivos, pois, enquanto unidades familiares, elas demandam uma série de serviços públicos e privados (educação, saúde, transporte, higiene pessoal, lazer etc.), que faz com que a própria reprodução social da agricultura familiar gere uma série de oportunidades para a dinamização do ambiente econômico local. O rural deixa de ser visto apenas como um espaço de produção agrícola e passa a ser visto como um macro-organismo social, complexo e fortemente imbricado ao território por meio de suas relações de trabalho, produção e consumo.

No plano das estratégias familiares de reprodução social, a realização de trabalho não agrícola dentro ou fora da propriedade familiar, conforme apresentado pelos autores clássicos, sempre existiu nas comunidades camponesas. Entretanto, ao querer enquadrar essas atividades como um fenômeno a ser teorizado – neste caso a "pluriatividade" –, surgem muitas indagações que problematizam e dificultam o estabelecimento de um conceito analiticamente operacionalizável.

De maneira geral, pode-se dizer que a alocação da mão de obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas parte de uma estratégia de sobrevivência familiar que tem como finalidade diversificar e aumentar as fontes de renda da unidade produtiva, com vistas a estabilizar a renda familiar, reduzindo assim as incertezas próprias das culturas agrícolas.

Essas iniciativas não são homogêneas em termos de suas motivações, dada a própria heterogeneidade regional que o país comporta. As abordagens da pluriatividade no Brasil ainda estão muito baseadas na realidade rural de algumas regiões dos estados da região Sul, que se caracterizam por uma industrialização mais difusa e maior integração agroindustrial, acompanhada de maior grau de especialização entre as unidades familiares de produção. Além disso, ao se transplantar o conceito de pluriatividade e *part-time* farming para o contexto brasileiro, não se problematizou o componente político que determina a estruturação agrária no país (contexto de conflituosidade próprio da realidade agrária brasileira). Mesmo assim, este conceito não deixa de ter sua relevância para o debate contemporâneo sobre desenvolvimento rural, apenas buscou-se aqui chamar a atenção para elementos problematizadores que não podem ser marginalizados.

SUMÁRIO EXECUTIVO